

Proposta de Zélia inclui compulsório

O objetivo básico é mostrar resultados na área fiscal a curtíssimo prazo

MARIA APARECIDA DAMASCO

A cobrança de um empréstimo compulsório, principalmente sobre ganhos do setor financeiro, é uma das alternativas recomendadas ao presidente eleito Fernando Collor de Mello pela equipe de economistas sob a coordenação de Zélia Cardoso de Mello. A ideia é que só com corte de despesas e combate à sonegação não será possível cumprir a meta de ajuste fiscal da ordem de 4% do Produto Interno Bruto (PIB). E o aumento de imposto esbarra no princípio da anualidade fiscal. Ou seja, na maioria dos casos, o aumento de imposto aprovado num exercício só pode ser aplicado no seguinte.

Na proposta apresentada segunda-feira a Collor — agora em fase de detalhamento, o ajuste fiscal não aparece com uma seqüência do programa de estabilização. E aí está uma grande diferença em relação aos choques anteriores. O ajuste é o ponto central desse programa, pois seria a forma de o governo fazer sua parte num amplo acordo antiinflação a ser negociado com outros setores da sociedade. Daí a necessidade de medidas fiscais que produzam resultados a curtíssimo prazo, como é o caso da cobrança do compulsório. "Não queremos

repetir o pacto pré-Plano Verão, no qual empresas e trabalhadores discutiam política de preços e salários e o governo ficava de fora", esclarece um dos assessores de Zélia.

O compulsório não é nenhuma novidade — nem aqui nem lá fora. Em julho de 1986, por exemplo, essa foi uma das principais medidas do pacote batizado como "Cruzadinho" — uma tentativa do então ministro Dilson Funaro para reduzir o consumo de alguns itens considerados supérfluos, que ameaçava explodir o Plano Cruzado, e para fortalecer as finanças públicas. O pacote impôs um compulsório de 28% sobre compras de gasolina e álcool, 10% a 30% sobre automóveis, dependendo do tempo de uso (até quatro anos), e criou uma taxação extraordinária de 25% sobre a compra de dólares e passagens para viagens internacionais.

Na Argentina, às vésperas das eleições presidenciais, em maio de 1989, Raúl Alfonsín também apelou para algo parecido. Criou o chamado "empréstimo solidário", que pretendia retirar aproximadamente US\$ 500 milhões dos lucros das maiores empresas instaladas na Argentina.

Empréstimos compulsórios, entretanto, costumam dar problema. É verdade que seu efeito sobre a inflação pode não ser tão direto nem tão imediato quanto o da cobrança de um novo imposto ou do aumento de alíquotas dos já existentes — como é o caso da elevação das alíquotas de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), outra alternativa examinada pela equipe de Collor.



Zélia: presença não confirmada na comitiva de Collor para a viagem ao Exterior